

O campo, a participação popular e a experiência do Planejamento Territorial Participativo: políticas e identidade rural no Pará

The Countryside, Popular Participation and the Participative Territorial Planning experience: Policies and Rural Identity in the State of Pará, Brazil

Edilza Joana Oliveira Fontes *

Thiago Broni de Mesquita **

Caracterizando o Planejamento Territorial Participativo do Pará

O debate sobre participação popular não é novidade para o meio acadêmico, vários estudos discorrem sobre experiências de participação popular por meio do orçamento participativo que dizem respeito às capitais Porto Alegre, Belo Horizonte, São Paulo e Recife (AIRES, 2009¹, CYMBALISTA, 2006², GANDIN, 2001³), entretanto, a novidade do tema deste artigo está na

* Doutora em História Social pela Universidade Estadual de Campinas. Professora Associada I da Faculdade de História - UFPA. E-mail: edilzafontes@yahoo.com.br

** Mestre em Ciência Política pela UFPA (2012). Professor Pesquisador I da UFPA/AED. E-mail: thiagobroni@yahoo.com.br

¹ AIRES, M. C. A. A dimensão representativa da participação na teoria democrática contemporânea. *Debates*, Porto Alegre, v.3, n.2, pp. 12-38, 2009. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/debates/article/viewFile/10884/6846>> Acesso em: 14 mar. 2011.

² CYMBALISTA, R. A trajetória recente do Planejamento Territorial no Brasil: apostas e pontos a observar. *Revista Paranaense de Desenvolvimento*, Curitiba, n.111, p.26-45, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/fau/cursos/graduacao/arq_urbanismo/disciplinas/aup0535/Rev_Pr_111_-_Renato_Cymbalista.pdf> Acesso em: 22 nov. 2008.

³ GANDIN, Danilo. A posição do Planejamento Participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.1, pp. 81-95, 2001. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org>> Acesso em: 23 maio 2008.

mudança da dimensão orçamentária para a dimensão de planejamento territorial dadas as novas dinâmicas de participação popular implementadas em gestões estaduais a partir de 2007.

Entre as experiências de Planejamento Territorial Participativo registradas nos anos de 2007 e 2010, destacamos as dos Estados da Bahia, Sergipe, Piauí e Pará, as quais, ao remodelar a dinâmica, acabaram por assumir uma nova maneira de pensar o processo de democratização na relação Estado e Sociedade, mudando o foco da problemática “demanda da população – provisão pelo Estado” praticada nas experiências de orçamento participativo, para o foco do planejamento e desenvolvimento regional, os quais, em tese, levariam o cidadão a se sentir parte do processo de planejamento, implementação e avaliação das políticas públicas do Estado.

No caso do Planejamento Territorial Participativo do Pará, há uma recorrência aos textos legais da Constituição do Estado do Pará, art. 204. §§ 1º e 2º, no ato de sua “criação”. Tal artigo faz referência à competência do Poder Executivo Estadual de elaborar Leis que dão origem ao Plano Plurianual (PPA), às Diretrizes Orçamentárias (LDO) e aos Orçamentos Anuais (LOA), os quais estabelecem de forma setorizada e regionalizada as diretrizes, objetivos e metas da administração pública estadual, devendo, de acordo com o §2º, contar com a participação de entidades representativas da sociedade civil e dos municípios.

Ainda de acordo com a Constituição no Art. 50, Capítulo VI, que trata da organização regional do Estado do Pará, fica estabelecido “A participação da sociedade civil organizada no planejamento regional, bem como na fiscalização dos serviços e funções públicas de interesse comum, na forma da lei”.

Assim, o Governo do Estado do Pará lançou o Planejamento Territorial Participativo, enquanto uma ação do Poder Executivo Estadual nas 12 regiões⁴ de integração do Estado.

⁴ O Decreto N° 1.066, de 19/06/2008, estabelece a regionalização do Estado do Pará e dá outras providências tendo como objetivo definir regiões que possam representar espaços com semelhanças de ocupação, de nível social e de dinamismo econômico e cujos municípios mantenham integração entre si, quer física quer economicamente, com a finalidade de definir espaços que possam se integrar de forma a serem partícipes do processo de diminuição das desigualdades regionais.

Figura 1 - Mapa com as 12 Regiões de Integração do Estado do Pará, de acordo com o Decreto 1.066/2008



Fonte: SEIR/GEOPARÁ

O Planejamento Territorial Participativo atua como vetor nos processos de integração regional, descentralização da gestão pública estadual, transparência das ações de governo e como agentes de comunicação direta e democrática.

Ao assumir o território como espaço de intervenção do planejamento, o Planejamento Territorial Participativo buscou desenvolver uma metodologia que tivesse na participação popular uma referência para orientação, elaboração e confecção das peças orçamentárias e do Plano Plurianual 2008-2011, de modo que os macro-objetivos da ação de governo seriam pautados pelos problemas levantados nas Plenárias Públicas Regionais e os programas onde constam as políticas públicas de investimento seriam guiados pelas soluções e alternativas originadas nas Assembleias Públicas Municipais.

O PTP, portanto, objetivou consolidar um estado tonificado na democracia, na participação popular, na gestão descentralizada, no empoderamento dos sujeitos e na preocupação com o desenvolvimento socioeconômico e cultural, visando à utilização dos recursos públicos em favor da inclusão social. Assim, o PTP se constitui enquanto um conjunto de atos realizados coletivamente para programar ações do governo, oportunizando a descentralização da gestão pública e integrando os atores sociais nas decisões governamentais. É construída nos territórios, nas 12 regiões de integração regional concebidas com um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que se organizam em determinados espaços com objetivos diversos.⁵

Buscava-se, por meio do PTP, democratizar a gestão pública vertical e horizontalmente, ampliando o controle sobre os gastos públicos, fortalecendo a integração de políticas públicas a serem implementadas em cada território, valorizando a identidade regional, criando espaços de participação popular, facilitando o acesso da população aos serviços públicos, para Costa e Lira (2010):

Em função disto, qualquer política que pretenda desenvolver o Pará somente alcançará resultados efetivos se as suas linhas gerais estiverem plenamente em consonância com as características, problemas e potencialidades da região objeto da intervenção. Ou seja, o pressuposto de partida é que a superação da condição de dependência e periferia do Estado do Pará somente pode ser concebida dentro de um contexto de planejamento do desenvolvimento no qual o Estado chame para si a direção do processo por meio da construção de uma agenda de intervenção através de políticas públicas articuladas em múltiplas escalas e pactuadas com as comunidades locais, internalizando os principais centros decisórios. Logo, pressupõe o desenvolvimento de uma cultura de planejamento participativa, de uma institucionalidade adequada, do capital social e da capacidade de governança. No limite, pressupõe a construção de territórios.⁶

⁵ PARÁ, Governo do Estado. Orientações Estratégicas do Plano Plurianual 2008-2001. Belém: SEPOF, p. 04. Disponível em: <www.sepof.pa.gov.br> Acesso em: 02 fev. 2008.

⁶ COSTA, Eduardo José Monteiro da e LIRA, Sérgio Roberto Bacury. O Planejamento Territorial Participativo no Estado do Pará: A avaliação de uma experiência de planejamento público. **Anais do VIII ENABER**, Juiz de Fora: Minas Gerais, 2010, p. 06. Disponível em: <<http://www.ppgeconomia.ufpa.br/documentos/OPlanejamentoTerritorialParticipativo.pdf>> Acesso em: 14 abr. 2011.

Conforme a matriz teórica de elaboração do Plano Plurianual 2008-2011, o ciclo de planejamento e execução de políticas públicas deveria ser virtuoso, com um pacto para a gestão integrada e regionalizada – produto de uma parceria supranacional, nacional, estadual e local –, integrando, portanto, múltiplas escalas para o desenvolvimento.

Para tanto, o processo de planejamento deveria obedecer ao modelo participativo contido no terceiro macro-objetivo do Plano Plurianual 2008-2011 “Gestão Participativa, Descentralizada, de Valorização e Respeito aos Servidores Públicos”, de modo que diagnósticos, visão de futuro e planificação da ação estadual deveriam ser pontuados pelo produto da relação Estado e Sociedade Civil.

Neste contexto, o Governo, por meio da definição do critério de priorização - demandas do Planejamento Territorial Participativo (PTP) - e da prática da transversalidade das ações de Governo nos Programas do PPA, otimizou a distribuição dos recursos no sentido de manter um nível de Investimento na ordem de R\$ 1,549 bilhão para 2008. A aplicação de maior volume de recursos concentra-se em ações e obras voltadas à melhoria da qualidade de vida da população como: moradia digna, saneamento básico, melhoria do ensino com qualidade, melhoria da acessibilidade inter e intra – regiões, saúde universalizada, melhores equipamentos agrícolas e pavimentação de rodovias e aberturas de vicinais para escoamento da produção.⁷

Esse fator implica uma mudança na própria cultura administrativa e burocrática do Estado, levando em consideração que, uma vez inserida a participação no processo de confecção do Plano Plurianual, seria evidente que não apenas demandas oriundas do Planejamento Territorial Participativo seriam participativas, mas o plano como um todo deveria seguir essa lógica.

O Estado se incumbiria da transparência, do monitoramento e avaliação de políticas públicas oriundas desse processo, cabendo à participação popular não apenas o planejamento das ações e dos macro-objetivos da ação estatal, mas o próprio controle social, acompanhamento e avaliação dos resultados, por meio de negociações, ajustes e divisões de tarefas com os

⁷ PARÁ, Governo do Estado. Mensagem nº 107/2007-GG. Orçamento Geral do Estado. Belém: SEPOF, pp. 01-02. Disponível em: <www.sepof.pa.gov.br> Acesso em: 02 fev. 2008.

entes do poder executivo, responsáveis pela garantia da sensibilização e mobilização constantes dos atores democraticamente eleitos.

O primeiro documento que dá as bases para a atuação do governo no sentido de criar os meios para garantir a participação popular foi intitulado “Orçamento Participativo do Pará”⁸, desenvolvido pelas Secretarias de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças (SEPOF) e Integração Regional (SEIR).

Nele estão os resultados dos trabalhos da primeira reunião de debate sobre o PPA 2008-2011, registrando, de maneira geral, o primeiro esforço em garantir um sistema de participação popular aos moldes de um “Governo Democrático e Popular” que se pretendia implantar no Estado em um estágio pré-decisório.

De acordo com os estudos dos técnicos de ambas as Secretarias, o primeiro passo estava em sincronizar as ações do Plano Plurianual Federal, Estadual, Municipais em consonância com a Sociedade Civil, com vistas à garantia da convergência de prioridades no que tange ao Plano de Desenvolvimento Sustentável do Território, à participação da sociedade, aos diagnósticos e visão de futuro e à programação de ações e políticas públicas.

⁸ Documento em formato *Power Point* (PPT) desenvolvido por técnicos ligados a SEPOF e SEIR com as bases do que seria chamado de Orçamento Participativo do Pará, que depois passou a ser chamado de Planejamento Territorial Participativo, seguindo a linha teórica adotada em outros Estados como Bahia, Sergipe e Piauí, onde experiências semelhantes estavam em curso.

Figura 2 - Proposta do Plano de Desenvolvimento Regional Integrado para o Pará



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento Orçamento e Finanças e Secretaria de Estado de Integração Regional

Assim, por meio de um modelo de gestão pactuada em um fluxo de atuação global envolvendo diversos atores e instituições políticas, seria possível a criação de espaços participativos nos mecanismos legais de planejamento em todas as suas etapas, ou seja, Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais.

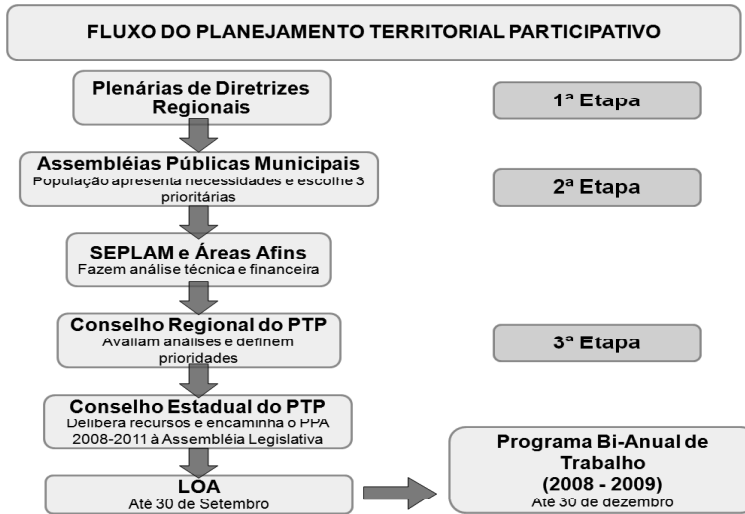
Pensado dessa forma, o foco das ações que dariam corpo às peças orçamentárias deveriam refletir discussões e decisões tomadas pela população nos 143 municípios do Estado do Pará.

Com base nesses pressupostos, o Planejamento Territorial Participativo se tornou fundamental para a formação da agenda de políticas públicas do Estado, por meio desse mecanismo, atores passariam a compor uma arena participativa, ou seja, a arena por meio da qual políticas públicas seriam definidas, executadas e controladas por meio de espaços e conselhos de participação popular expressos em Lei.

O ciclo do Planejamento Territorial Participativo obedeceria aos fluxos constitucionais de apresentação do Plano

Plurianual 2008-2011 e da Lei Orçamentária Anual 2008⁹ conforme o gráfico a seguir.

Figura 3 - Fluxo do Planejamento Territorial Participativo



Fonte: Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças

De acordo com a Lei nº. 7.077/2007, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2008-2011, o Planejamento Territorial Participativo seria um instrumento de avaliação e controle social do Plano Plurianual 2008-2011 e das respectivas leis dele emanadas de acordo com metodologia própria¹⁰, conjuntamente com outras metodologias já adotadas pelo Poder Executivo nessa direção.

⁹ De acordo com a Constituição do Estado do Pará, Título VII, Capítulo I, Seção II que trata dos orçamentos, fica estabelecido que o Plano Plurianual, cuja elaboração deva contar com a participação de entidades representativas da sociedade civil e dos municípios, deve ser submetido à apreciação da Assembleia Legislativa até o dia trinta e um de agosto e terá duração de quatro anos. A lei de diretrizes orçamentárias (LDO) deve ser apreciada pela Assembleia Legislativa até o dia trinta de junho e as leis orçamentárias anuais (LOA) devem ser apreciadas até o dia trinta de setembro e aprovadas até o final da sessão legislativa. Portanto, no ano de 2007, foram apresentados primeiramente a LDO para o ano de 2008, em seguida, o PPA 2008-2011 e a LOA para o ano de 2008.

¹⁰ A metodologia de funcionamento e gerenciamento do PTP seria definida pela Secretaria de Estado de Planejamento, Orçamento e Finanças e pela Secretaria de Estado Integração Regional, as quais definiriam datas, conteúdo, objetivos e etapas do PTP, bem como a sistematização técnica e política dos resultados de cada momento.

Diante do exposto, a dinâmica decisória sobre as questões que envolvem as leis que definem o orçamento estadual tornaram-se mais complexas em função de uma nova metodologia para a sua elaboração, que deveria levar em consideração a participação popular, exigindo o detalhamento de suas características e etapas, que serão analisadas nos próximos itens.

Os Conselhos Regionais e o Conselho Estadual de Participação Popular

Após a realização das Plenárias Públicas Regionais nas 12 regiões do Estado e das Assembleias Públicas Municipais nos 143 municípios, foram eleitos conselheiros em todos os municípios para compor os Conselhos Regionais de Participação Popular e o Conselho Estadual de Participação e Controle Social.

Tal processo envolveu entre conselheiros eleitos e suplentes, cerca de 8.000 pessoas em todos os municípios do Estado, que tinham como principal função realizar o controle social do governo, assim como contribuir com o desenvolvimento regional integrado no Estado.

De acordo com o Art. 5º do Regimento Interno, aprovado pelos 12 Conselhos Regionais de Participação Popular do PTP, eles seriam compostos por representantes das 12 Regiões de Integração do Pará, de acordo com a divisão administrativa e territorial adotada pelo Governo do Estado do Pará, conforme as orientações estratégicas do Plano Plurianual 2008/2001, dispostas no Anexo I da Lei Estadual nº 7.077 de 28 de dezembro de 2007, na seguinte forma:

Conselho Regional da Metropolitana; Conselho Regional do Rio Guamá; Conselho Regional do Rio Caeté; Conselho Regional do Rio Capim; Conselho Regional do Rio Tocantins; Conselho Regional do Marajó; Conselho Regional do Araguaia; Conselho Regional do Lago de Tucuruí; Conselho Regional de Carajás; Conselho Regional do Baixo Amazonas; Conselho Regional do Rio Tapajós e Conselho Regional do Xingu.

Os critérios para a eleição do Conselheiro Regional foram estabelecidos de maneira proporcional, adotando como fórmula para a composição dos Conselhos o critério de 01 representante para cada 10 participantes das Assembleias Públicas Municipais

nas macrorregiões do Marajó, Oeste, Sul-Sudeste e Nordeste e 01 representante para cada 20 na macrorregião Metropolitana, ou seja, a magnitude do distrito para a composição de cada um dos 12 Conselhos Regionais era o município e não a região e o critério de proporcionalidade era o da participação e não o populacional ou previamente estabelecido pela Coordenação Estadual do PTP.

Além do critério numérico, havia o critério segmento social para a eleição dos conselheiros, divididos em Movimentos Sociais, Empresários, Instituições Acadêmicas e de Pesquisa, Trabalhadores e Pessoas Físicas. Para o segmento movimentos sociais, reservou-se um percentual mínimo de 30% das vagas, as quais poderiam ser flexíveis, ou seja, o critério segmento social servia para que a diversidade fosse representada nos conselhos, entretanto, determinados segmentos sociais poderiam ocupar as vagas de outros caso houvesse sobras na representação do segmento.

Como resultado desses critérios, a composição dos Conselhos Regionais acabou por refletir a mobilização feita de um lado pelo Governo do Estado e de outro aquela feita pelos segmentos sociais interessados no debate sobre o PTP e na eleição de conselheiros e demandas para a co-gestão territorial e participativa. De acordo com o critério adotado, seria impossível estimar o número de conselheiros que seriam eleitos, bem como se tal composição refletiria os aspectos populacionais, garantido assim a equidade no processo decisório, o único critério adotado para conter as disparidades regionais que poderiam surgir foi quanto à composição do Conselho Regional da Macrorregião Metropolitana, a qual, ao final do processo, obteve os maiores índices de participação, não possuindo, entretanto, uma quantidade de conselheiros maior do que a Macrorregião do Nordeste, que obteve 655 conselheiros e um maior peso junto ao Conselho Estadual para a definição de prioridades para as três microrregiões que a compõem. Em suma, os 12 Conselhos Regionais elegeram 3.707 conselheiros regionais distribuídos da seguinte maneira:

Quadro 1 - Composição dos Conselhos Regionais do PTP

Conselho Regional	Quantidade de Conselheiros Eleitos
Rio Capim	655
Tocantins	415
Carajás	408
Araguaia	374
Marajó	345
Baixo Amazonas	293
Rio Caeté	267
Guamá	264
Lago de Tucuruí	237
Metropolitana	223
Xingu	149
Tapajós	77
Total	3.707 Conselheiros Eleitos

Fonte: Coordenação Estadual do Planejamento Territorial Participativo/ SEPOF - 2007

O Conselho Estadual de Participação Popular e Controle Social (CE) representava a instância superior de decisão acerca tanto das demandas eleitas nas APMs do PTP, quanto às referentes ao Plano de Desenvolvimento do Estado do Pará, funcionando como uma espécie de Câmara Alta no processo de participação popular no Pará, expressando, segundo Lima, “o grau de democracia representativa presente na metodologia deste processo”¹¹.

A composição do Conselho Estadual foi feita de quatro maneiras:

1. Indicação de 16 membros da administração estadual com cargos de Secretário de Estado ou dirigente de órgãos públicos¹² a critério da Governadora do Estado, que também presidia o Conselho Estadual;

¹¹ LIMA, José Júlio. As experiências das plenárias públicas regionais e das assembleias públicas municipais do PTP do Pará. In: Pará. Governo do Estado. **Caderno para Reflexões**. Belém: Paka-Tatu, 2007. p. 38.

¹² Os representantes do Governo do Estado foram indicados de acordo com as demandas eleitas nas APMs, ou seja, as secretarias e órgãos que tivessem demandas de políticas públicas eleitas nas APMs do PTP deveriam compor o Conselho Estadual, tendo como principal função oferecer relatórios técnicos acerca das demandas. Além destes, também compunham o CE os SEGOV, SEIR, SEPOF e Casa Civil.

2. A indicação de 01 representante da ALEPA feita pelo Presidente da Casa;

3. A terceira, pela livre indicação de três representantes da sociedade civil organizada, ligados à Central Única dos Trabalhadores (CUT), Federação das Indústrias do Estado do Pará (FIEPA) e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB);

4. A eleição de 12 representantes das Prefeituras Municipais, 12 representantes das Câmaras Municipais, 43 representantes de movimentos sociais/populares, Trabalhadores e ONGs e 17 representantes de empresários, entidades profissionais, acadêmicas e de pesquisa e pessoas físicas nas 12 reuniões dos Conselhos Regionais realizadas em agosto de 2007.

Com base nesses critérios, o Conselho Estadual se consolidou da seguinte maneira:

Quadro 02 - Composição do Conselho Estadual do PTP

Região	Movimentos Sociais, Trabalhadores e ONG's	Pessoas Físicas, Empresários e Entidades Acadêmicas e de Pesquisa	Prefeito e Vereador	Total de Conselheiros Estaduais Eleitos
Araguaia	03	01	02	06
Baixo Amazonas	05	02	02	09
Carajás	04	01	02	07
Guamá	04	02	02	08
Lago de Tucuruí	03	01	02	06
Marajó	03	01	02	06
Metropolitana	08	02	02	12
Rio Caeté	03	01	02	06
Rio Capim	04	02	02	08
Tapajós	01	01	02	04
Tocantins	04	02	02	08
Xingu	02	01	02	05
Representantes do Poder executivo	-	-	-	18
Total de Conselheiros Estaduais	103 Conselheiros Estaduais			

Fonte: Coordenação Estadual do Planejamento Territorial Participativo/SEPOF - 2007

O presente artigo utiliza como referência dados estatísticos, que associados refletem dinâmicas e identidades regionais, as quais podem ser observadas a partir dos perfis dos conselheiros e das demandas de políticas públicas por eles eleitas, as quais serão analisadas a seguir.

Perfil dos Conselheiros Trabalhadores Rurais e das Políticas Públicas eleitas nas APMs do Planejamento Territorial Participativo.

Como podemos observar, o Planejamento Territorial Participativo comportava diferentes segmentos sociais dentro de sua estrutura, levando a uma percepção das regiões que compõem o Estado a partir dos participantes e conselheiros eleitos e das demandas de políticas públicas por eles apresentadas como

prioritárias para o desenvolvimento de suas regiões e municípios.

Com o intuito de visualizar a dimensão do Planejamento Territorial Participativo nas 12 regiões do Estado, foi realizada uma pesquisa que visava auferir o perfil dos conselheiros do PTP por meio da aplicação de questionários contendo dados sociais, políticos e culturais de forma regional. O conhecimento de quem eram esses conselheiros era de fundamental importância para saber o lugar de onde falam e compreender tanto as expectativas deles em relação ao governo, assim como suas percepções quanto às dinâmicas políticas regionais.

Para o presente artigo, fizemos uso dos dados referentes aos conselheiros ligados ao mundo rural, assim como as demandas de políticas públicas vinculadas a esse setor, com o objetivo de visualizar uma suposta identidade rural formada a partir das etapas do Planejamento Territorial Participativo.

Ao garantir a participação popular nos 143 municípios do Estado do Pará, o Planejamento Territorial Participativo trouxe para dentro da arena de formulação e implementação de políticas públicas atores esquecidos ou marginalizados pela ação governamental, assim como cenários de um estado que vive um processo de novas ruralidades ou de percepções do mundo rural no cotidiano de pequenos e médios produtores familiares rurais.

O espaço rural não pode ser mais tomado apenas como o conjunto de atividades agropecuárias e agroindustriais em virtude: da sua modernização e mecanização; da crise de reprodução da agricultura familiar; das novas funções e novos tipos de ocupações no campo; e da conformação de novas identidades sociais no meio rural.¹³

Historicamente, estes atores não eram vistos como protagonistas em processos de desenvolvimento regional, tendo sua produção subvalorizada em função de políticas públicas que não beneficiavam a produção do pequeno e médio produtor rural em função do agronegócio que gera maiores lucros e, por conseguinte, recebe maior aporte de investimentos federais, estaduais e municipais, gerando dicotomias dentro do próprio mundo rural.

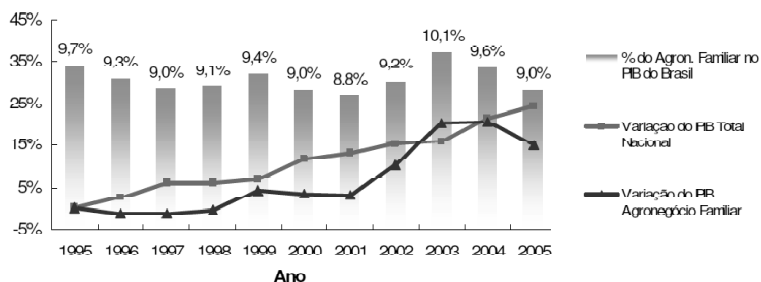
¹³ CARNEIRO, Patrício. Desafios e oportunidades no contexto das novas ruralidades. p. 46. Disponível em: <www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/view/11865>. Acesso em: 22 maio 2012.

Muito embora o mundo rural no Brasil tenha se constituído como concentrador de terras, de exploração do trabalho, da multiplicação de conflitos sociais e de luta pela terra, hoje governo e sociedade passam a perceber este mundo sob uma nova ótica, que busca privilegiar a superação de paradigmas ligados ao rural, tido como atrasado e periférico em relação aos grandes centros urbanos, especialmente em estados como o Pará, onde grande parte da arrecadação dos municípios é oriunda da produção rural.

Ao afirmarmos a existência de uma identidade rural do pequeno e médio agricultor familiar dentro dos espaços de participação popular proporcionada pelo Planejamento Territorial Participativo, concebemos que há em nosso Estado grupos que visualizam a importância da agricultura familiar não apenas ligada ao autoconsumo, em função da sua menor produtividade e pouca incorporação tecnológica, mas passam a ver por meio dela um mecanismo de redução do êxodo rural e de geração real de riquezas para a economia brasileira.

Guilhotoetal¹⁴ afirma que entre os anos de 1995 a 2005, o segmento familiar do agronegócio brasileiro respondeu por cerca de 10% do PIB, enquanto que a participação do agronegócio respondeu por quase 30%, conforme podemos verificar no gráfico a seguir:

Gráfico 1 - Evolução do PIB do Brasil e do agronegócio familiar, com sua respectiva participação total nacional, entre 1995 e 2005



Fonte: GUILHOTO, Joaquimetal

¹⁴ GUILHOTO, Joaquim J.M. et al. A importância da agricultura familiar no Brasil e em seus Estados. Disponível em: <www.anpec.org.br/encontro2007/artigos/A07A089.pdf>. Acesso em: 22 maio 2012.

Para Denardi, muito embora o setor apresente avanços significativos em termos de contribuição para o PIB brasileiro, os representantes desse segmento ainda não são capazes de influenciar as instituições governamentais ao ponto de provocarem mudanças reais em seu cotidiano e a inclusão de maiores investimentos para o setor, para o autor:

Os agricultores familiares nunca tiveram organização e força a ponto de influenciar as instituições governamentais que tomam as principais decisões de política agrícola. Além disso, nos últimos anos, com os ditames neoliberais, a política agrícola tornou-se subsidiária e está hoje completamente submetida às determinações macroeconômicas, prevalecendo sempre as políticas fiscal, monetária (de juros) e cambial.¹⁵

Com base nesses pressupostos, apresentaremos o perfil dos conselheiros do Planejamento Territorial Participativo ligados ao mundo rural e buscaremos demonstrar a capacidade de influências deles sobre as decisões governamentais no Governo do Estado do Pará entre os anos de 2007 e 2010.

O primeiro dado analisado diz respeito à atividade profissional dos conselheiros em relação à localidade onde residem se urbana ou rural. Neste ponto, podemos observar que dos 1514 conselheiros entrevistados, 421 afirmam que são trabalhadores rurais e destes, 232 moram na zona rural e outros 189 moram na zona urbana de seus municípios, sendo as concentrações de trabalhadores rurais que moram na zona rural maiores nas regiões do Rio Capim, Lago de Tucuruí, Araguaia e Rio Caeté, localizadas nas regiões nordeste e sudeste do Pará, regiões que de acordo com o IBGE, ainda mantêm um número significativo de População Total Urbana e/ou Rural concentrado na zona rural, muito embora a maior parte da população resida na zona urbana, no caso do Rio Capim, 51,35% de contingente urbano e 48,65% rural; Lago de Tucuruí, 58,39% urbano e 41,46% rural; Rio Caeté, 53,26% urbano e 46,74% rural; Araguaia, 57,12% urbano e 42,88% rural.

¹⁵ DENARDI, R. A. Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. p. 57. Disponível em: <http://www.emater.tche.br/docs/agroeco/revista/ano2_n3/revista_agroecologia_ano2_num3_parte12_artigo.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2012.

Quadro 3 - Perfil dos Conselheiros Regionais do Planejamento Territorial Participativo por ocupação e local onde moram
Qual a atividade profissional do conselheiro x Por qual região foi eleito conselheiro x Endereço na Zona Urbana ou Rural do Município?

Endereço na Zona Urbana ou Rural do Município?	Qual a atividade profissional do conselheiro	Por qual região foi eleito conselheiro													TOTAL
		MET	TOC	MAR	GUA	CAP	CAE	CAR	LATUC	ARA	BAM	TAP	XIN		
Zona Urbana	Administração	1	1	7	3	6	2	3	2	5	7	0	2	39	
	Aposentado	1	0	2	3	2	1	1	0	0	0	0	0	10	
	Assessor	5	1	2	3	4	1	8	1	2	2	1	1	31	
	Autônomo	6	4	3	4	4	9	9	2	3	4	3	0	51	
	Com Nível Superior	5	0	6	5	6	2	9	1	3	4	1	2	44	
	Comerciante	5	1	1	3	7	7	3	1	4	2	1	4	39	
	Conselheiro	0	3	2	3	2	2	2	0	0	1	3	0	18	
	Desempregado	0	0	0	0	2	2	1	2	0	0	0	1	8	
	Educação	12	17	38	31	35	31	16	13	19	19	4	18	253	
	Empresarial	2	0	2	1	2	1	3	0	0	0	0	2	13	
	Estudantes	0	3	2	2	5	2	0	5	0	0	0	0	19	
	SecretáriosMunicipais	1	2	0	3	10	4	1	1	3	2	2	2	31	
	Políticos	0	5	3	5	2	4	3	3	0	2	1	0	28	
	Prestador de Serviços	13	3	8	11	17	12	11	9	10	7	3	4	108	
	Religioso	1	0	2	0	3	4	0	0	1	0	0	0	11	
	Rural	0	15	5	12	29	21	15	17	29	20	10	16	189	
Saúde	1	5	4	9	10	9	7	3	5	6	2	1	62		
Servidor Público	10	16	11	9	19	11	5	4	17	8	2	10	122		
Sindicalista	2	2	1	4	7	1	4	3	4	1	0	0	29		
Técnicos	4	1	3	6	16	4	9	5	2	11	1	6	68		
Total		69	79	102	117	188	130	110	72	107	96	34	69	1173	

Continua

O campo, a participação popular e a experiência do Planejamento Territorial ...

Zona Rural	Qual a atividade profissional do conselheiro	Conclusão																	
		1	0	1	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	1	0	1	6
	Administração	1	0	1	0	0	0	0	0	1 <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>0</td> <td>1</td> <td>1</td> <td>6</td>	0	0	0	0	1	0	1	1	6
	Aposentado	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2
	Assessor	1	0	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Autônomo	0	0	0	1	1	1	0	2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	6
	Com Nível Superior	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1
	Comerciante	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	2
	Conselheiro	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	0	1	1
	Desempregado	1	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3
	Educação	1	2	2	10	5	0	0	1	1	4	0	0	0	0	0	0	0	26
	Empresarial	0	0	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	2	0	0	5
	Secretários Municipais	0	1	1	1	0	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	0	0	6
	Políticos	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1
	Prestador de Serviços	2	0	0	8	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	12
	Rural	4	16	6	16	49	27	19	29	27	18	6	15	232					
	Saúde	0	2	0	1	7	0	0	0	1	1	1	0	13					
	Servidor Público	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	0	0	5					
	Sindicalista	1	1	0	3	1	0	0	0	0	1	0	0	7					
	Técnicos	0	1	0	2	3	0	1	0	0	0	2	1	10					
	Total	11	23	11	49	67	30	27	33	31	28	13	18	341					

Fonte: SEPOF/CEPTIP - SPSS

O Quadro 03 também nos apresenta um dado importante que diz respeito às novas ruralidades, onde cada vez mais percebemos que a dicotomia urbano x rural vem sendo superada. Neste quadro, observamos que entre os conselheiros que declaram residir na zona urbana, há a presença de 189 que declaram trabalhar na zona rural.

Tais dados nos remetem a um fator importante e que diz respeito a uma nova configuração do rural diante das mudanças tecnológicas e informacionais, capazes de agregar valor à pequena produção. Em diversos casos, a permanência no rural vem acompanhada da desagregação do núcleo familiar rural, em outras palavras, muitas vezes, mesmo quando a família subsiste da produção rural familiar, ela não permanece morando no mesmo lugar.

Este fator vem acompanhado da incorporação da noção de pluriatividade rural em múltiplas escalas que não se limitam apenas a produção-escoamento, mas a outras funções que passam a ser desempenhadas por vários membros da família, que percebem a pequena produção rural familiar não apenas sob o ponto de vista econômico, mas a partir de uma abordagem integrada entre o desenvolvimento local e regional.

Podemos ainda inferir que o desmembramento das famílias de seu núcleo rural vem acompanhado de outras dimensões que extrapolam as formas tradicionais de pensar o rural, trazendonovos laços sociais, patrimoniais, recreativos, pedagógicos, de consumo e de acesso a políticas sociais, educacionais e de saúde.

Entre esses conselheiros que se declaram trabalhadores rurais, temos que apenas 01 deles tem entre 18 e 20 anos, 36 têm entre 21 e 30 anos, 76 têm entre 31 e 40 anos, 98 têm entre 41 e 50 anos e aqueles que têm entre 51 e 60 anos somam 64 conselheiros. Nesse ponto, um dado chama a atenção, o fato de que os jovens que moram no campo não se declaram trabalhadores rurais em números totais.

Isso pode indicar o que já mencionamos anteriormente sobre a desagregação do núcleo familiar, grande parte desses jovens partem para a zona urbana ou para os grandes núcleos urbanos regionais ou mesmo às capitais dos estados do Pará e daqueles que fazem fronteira, com o intuito de terminar os

estudos e garantir uma formação superior, conforme podemos observar nos dados relativos ao grau de escolaridade a seguir:

De 421 que se identificavam como trabalhadores rurais, 338 responderam ao item relativo ao grau de escolaridade, destes, 138 afirmam possuir o Ensino Fundamental, 109 o Ensino Médio e 11 o Ensino Superior; 69 se declaram semianalfabetos, assinando apenas o nome ou por meio da digital.

No que se refere ao gênero dos conselheiros, observamos que dos 1514 conselheiros que responderam à entrevista, 421 declaram-se trabalhadores rurais, dos quais 326 são homens e 95 mulheres.

Muito embora o número de mulheres ligadas ao mundo rural seja pequeno, lembramos que a grande maioria dos conselheiros se constituíam enquanto lideranças políticas em seus municípios. Tal dado revela mulheres chefes de família e que lideram grupos de pessoas, ao ponto de se fazerem eleger e se tornarem representantes de seus municípios e regionais em espaços de participação e articulação política entre governo e sociedade.

Tal afirmativa se reflete no grande número de conselheiros que participavam de movimentos sociais, dos 421 que se declaram trabalhadores rurais, 400 responderam a entrevista sobre a participação em movimentos sociais, destes, 383 afirmam participar de movimentos sociais, enquanto que outros 17 não participam.

Quanto à situação no mercado de trabalho, dos 421 conselheiros trabalhadores rurais, apenas 324 responderam, entre estes, 171 afirmaram ser trabalhadores informais, 55 trabalhadores formais, 80 desempregados e 04 aposentados. Quanto à renda, 214 afirmam receber até 01 salário mínimo por mês, 96 recebem de 01 a 03 salários, 14, de 03 a 05 salários, e apenas 05 afirmam receber acima de 05 salários.

Quanto ao estado civil (332 respostas), cor da pele (340 respostas) e religião (251 respostas), declaram-se casados 206, solteiros, 101, viúvos, 06 e divorciados, 19. São 198 conselheiros que se declaram pardos, 51 brancos, 83 negros e 07 índios. 251 conselheiros são católicos, 67 evangélicos, 03 espíritas e 12 são de outras religiões.

O estudo do perfil dos conselheiros do PTP vem acompanhado da avaliação das demandas de políticas públicas eleitas pelos quase 80.000 participantes das etapas do PTP, as quais seriam monitoradas e avaliadas pelos conselheiros eleitos para compor os Conselhos Regionais e o Conselho Estadual de Participação e Controle Social do Planejamento Territorial Participativo, as quais estão sistematizadas no Quadro 04.

No quadro ao lado, estão sistematizadas as demandas ligadas ao mundo rural, eleitas nas Assembleias Públicas Municipais do PTP, entre as quais, de 430 demandas, 138 são ligadas aos setores agrários, de pesca e agropecuário. Entre as demandas consideradas de “Modernização Agropecuária”, destacamos a solicitação de construção de fábricas a exemplo das de gelo, oleaginosa, processamento de frutas e chocolate e a construção de entrepostos pesqueiros.

Passando à análise dos perfis das demandas eleitas, podemos afirmar que das 15 demandas da Região Metropolitana de Belém, dois municípios solicitaram Regularização Fundiária, sendo que um destes foi a capital Belém, a qual foi a terceira demanda mais votada. Essa demanda se deveu à grande mobilização em comunidades nas ilhas do entorno de Belém que ainda não possuem seus títulos de terra e votaram em peso nessa demanda, além de ter elegido em torno de 30% dos delegados na APM de Belém para o Conselho Regional ligados ao mundo rural, morando na zona rural, como posseiro que já conta com uma produção agrícola minimamente mecanizada, mas que precisa do título da sua terra.

Vale lembrar que é da região das ilhas que a grande Belém se abastece em termos de legumes, frutas, hortaliças e pescado. Há um cinturão verde, onde legumes e hortaliças são produzidos, inclusive dentro do perímetro urbano de Belém, em bairros como o Jurunas, Tapanã, Parque Verde, Rui Barata e Guamá. Assim, podemos afirmar que de fato a demanda sobre regularização fundiária em Belém é muito forte.

Quadro 4 - Perfil das demandas de políticas públicas ligadas ao mundo rural eleitas nas Assembleias Públicas Municipais do Planejamento Territorial Participativo

REGIÃO	MUNICÍPIO	DEMANDAS	Patrulhas Mecanizadas	Vicinas/Remais	Escolas Rurais	Regularização Fundiária/Ordenamento Territorial	Luz para Todos	Centrais de Abastecimento	Modernização Agropecuária	Saneamento básico e Abastecimento de Água	Fomento ao Plantio
TROPOLITINA	05	15	-	-	-	02	-	-	-	-	-
MARAJÓ	16	48	01	02	02	03	01	-	-	02	-
TOCANTINS	11	33	02	02	01	-	-	-	02	-	-
GUAMÁ	18	54	07	05	01	01	-	-	03	-	-
CAETÉ	15	45	04	03	-	04	-	-	01	01	01
CAPIM	16	48	03	02	04	03	01	01	02	02	-
ARAGUAIA	15	45	09	06	01	02	-	-	-	-	-
LAGO DE TUCURUÍ	07	22	03	02	03	-	-	-	-	-	-
CARAJÁS	12	36	06	05	01	01	-	-	-	-	-
BAIXO AMAZONAS	12	36	01	02	-	04	02	01	-	-	-
TAPAJÓS	06	18	01	01	-	01	01	-	01	-	-
XINGU	10	30	03	07	01	02	01	-	-	01	-
Total	143	430	40	37	14	23	06	02	09	06	01

Fonte: Relatório do Conselho Estadual do PTP

Na região do Marajó, 11 das 48 demandas são para a área rural, nesta região, podemos perceber que Regularização Fundiária e Ordenamento Territorial tiveram 03 solicitações de municípios, 02 de Escolas Rurais, 02 de Estradas Vicinais/Ramais. Segundo o Orçamento Geral do Estado, estradas vicinais e ramais são demandas da alçada municipal, entretanto, os conselheiros do PTP alegaram nas APMs que não existem recursos para a abertura e manutenção destas. Com base nesse argumento, o governo de Ana Julia assume o compromisso de alocar recursos para estas estradas, reconhecendo a importância do escoamento da produção.

Outra solicitação importante que se fez presente em todas as regiões, à exceção da Região Metropolitana de Belém, foi o pedido por patrulhas mecanizadas, sendo a maior demanda do campo rural. O debate que se estabeleceu com os conselheiros do PTP era o de que a produtividade do pequeno produtor familiar seria potencializada se fossem utilizadas patrulhas agrícolas em sistema de rodízios sobre o controle das associações de microprodutores ou sindicatos de trabalhadores rurais, em função disso, tal debate se origina no fato de que todas as patrulhas mecanizadas que os governos anteriores haviam colocados à disposição da população ficavam sob o controle das prefeituras, que não obedeciam ao calendário de rodízio e às prioridades dos agricultores familiares. Havia denúncias de que muitas destas eram alocadas para arar a terra de grandes proprietários, secretários e políticos das regiões. Os conselheiros do PTP vinculados ao campo fizeram essa discussão em todos os Conselhos Regionais e no Conselho Estadual sobre o controle do uso das patrulhas mecanizadas e solicitaram ao governo que estas fossem doadas a Associações e Sindicatos de Trabalhadores Rurais para que estes, em conjunto com seus filiados/associados, definissem um roteiro das atividades dessas patrulhas. Isso foi feito e até março de 2009, foram entregues 42 patrulhas, assim como foi oferecido um curso de formação para 01 associado escolhido pelos conselheiros do PTP que iriam gerenciar o uso da patrulha mecanizada, ficando responsáveis pela manutenção e o rodízio, assim como um curso de condução das patrulhas mecanizadas, estava-se buscando também um convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário para garantir o combustível por 01 ano.

Todo o objetivo dessas ações era dar o mínimo de condição de modernização da produção para esses pequenos produtores. Posteriormente, o governo voltou a distribuir Patrulhas Mecanizadas a partir de março de 2010, entretanto, agora não mais para associações de produtores e sindicatos de trabalhadores rurais, mas para as prefeituras, ficando a gestão a cargo das secretarias de agricultura. Houve uma mudança de foco, deixou-se de privilegiar organizações da sociedade civil vinculadas à pequena produção e a se apostar nas prefeituras.

As regiões que mais solicitaram Patrulhas Mecanizadas foram o Araguaia (09), Guamá (07) e Carajás (06), as quais foram especificadas nas reuniões dos Conselhos Regionais de agosto de 2007, ou seja, foram identificados os tipos de patrulhas mecanizadas que se adequavam a cada região, entretanto, a licitação para as 42 primeiras Patrulhas Mecanizadas feitas pela SAGRI especificava apenas um tipo de patrulha, que se adequava aos tipos de solo das regiões do nordeste paraense, mas não se adequava às do sul/sudeste e oeste, fato que gerou críticas por parte dos conselheiros.

O que chama mais atenção ao lermos o Perfil das Demandas de Políticas Públicas ligadas ao mundo rural é o número de demandas de patrulhas mecanizadas (40), Estradas Vicinais/Ramais (37), Regularização Fundiária/Ordenamento Territorial (23), ao observamos essas colunas, podemos dizer que os conselheiros do PTP ligados ao mundo rural recorreram ao PTP porque queriam produzir, escoar e ter a posse da terra legalizada, ou seja, queriam terras, condições de produção e acesso aos mercados de consumo para escoar sua produção.

Essas três demandas constroem a sua própria identidade enquanto trabalhadores do campo, microprodutores e posseiros. O mundo rural em grande medida, para estes conselheiros, estava vinculado à pequena produção agrícola, as demandas em relação à modernização agropecuária dão uma noção de que o número de trabalhadores rurais ligados ao setor agropecuário era bem menor do que os ligados à agricultura familiar que recorreram ao PTP como uma forma de diálogo com o Orçamento do Estado.

Apesar das demandas do PTP terem sido apresentadas ao governo, mais precisamente à SEPOF e estarem consolidadas

no Relatório do Conselho Estadual, o famoso Caderno Verde, que foi publicado pela SEPOF em 2007, semanas antes do envio do PPA 2008-2011 à ALEPA, o que se observa é que no Programa Fortalecimento da Agricultura Familiar, existiam 10 ações e uma previsão de orçamento na ordem de R\$ 2.959.509,00 que ao compararmos com o programa de Modernização do Setor Agropecuário, que continha 15 ações e uma previsão de orçamento na ordem de R\$9.279.281,00, nos faz entender que no PPA, apesar das demandas do PTP, o Governo do Estado pretendia investir mais no setor agropecuário do que na Agricultura Familiar. Apesar do discurso de mudança, o que se percebeu foi a continuidade. Em relação ao Ordenamento Territorial, foram previstos apenas R\$ 2.959.506,00 para 11 ações, os quais, com certeza, não dariam e não deram conta nem das 23 demandas relacionadas ao Ordenamento Territorial/ Regularização Fundiária, eleitos pelos conselheiros do PTP vinculados ao mundo do campo.

O PTP foi uma excelente experiência de debate sobre o Orçamento do Estado, de desenvolvimento territorial e planejamento regional. Uma experiência que contou com o envolvimento de vários atores, entre eles, trabalhadores rurais vinculados à agricultura familiar, pescadores, pequenos criadores de gado que atenderam ao convite do Governo do Estado e se dispuseram a participar do PTP como co-participes do planejamento estadual, acreditando na possibilidade de ver suas demandas de produção comercialização e de posse da terra serem atendidas por um governo que se dizia popular. Muito ainda se tem que aprender com esse tipo de metodologia, mas sem dúvida, a experiência do Pará indica caminhos a ainda serem trilhados e passos em falso que podem e devem ser evitados.

Resumo: O Planejamento Territorial Participativo no Pará foi elaborado como um programa norteador do Governo do Estado no ano de 2007, constituindo-se enquanto um dos três macro-objetivos da ação governamental. Ele era associado à ideia de criação de espaços de participação e integração regional, tendo como objetivos a elaboração do Plano Plurianual 2008-2011 de forma democrática e participativa por meio da inclusão de demandas de cunho

municipal e regional decididas em etapas de participação popular que culminaram com a instalação de conselhos regionais e estadual de participação e controle social, para os quais foram eleitos 3983 conselheiros. Estes conselheiros representavam diferentes segmentos e grupos sociais, entre os quais mereceram destaque aqueles ligados ao meio agrário/rural (agricultores, agroextrativistas, apicultor, camponês, extensionista rural, hortifrutigranjeiro, lavrador, pecuarista, pescador, pequenos, médios e grandes produtores rurais e sindicalistas rurais) distribuídos proporcionalmente entre as 12 regiões de integração do Estado. Tendo como pressuposto um índice considerável de conselheiros ligados ao mundo rural, o objetivo deste trabalho é analisar dentre estes conselheiros a sua identidade rural e o modo como a dicotomia rural-urbano se expressou no processo de pensar o Estado e a sua integração regional. Trabalharemos com os perfis dos conselheiros, com as demandas apresentadas durante as Assembleias Públicas Municipais (APMs) registradas em Ata, bem como com o perfil das demandas eleitas e integradas ao PPA 2008-2011 e as Leis Orçamentários Anuais de 2007, 2008, 2009 e 2010, sistematizados pela equipe do PTP e pela SEPOF. Pretendemos debater os recursos públicos destinados ao atendimento do “campo paraense” e o simbolismo do que é/ seja viver no interior do Estado.

Palavras-chave: Planejamento Territorial Participativo. Mundo Rural. Participação Popular.

Abstract: The Participative Territorial Planning in the State of Pará, Brazil, was designed as a guiding program to the State Government in 2007, consisting of one of the three macro-objectives of government action. The program was associated with the idea of creating spaces for participation and regional integration, aimed at preparing the Plano Plurianual 2008-2011 (2008-2011 Multi-Year Plan - PPA) in a democratic and participatory way, by including municipal and regional demands decided along with a gradual popular participation that would culminate with the establishment of regional and state councils as a means of participation and social control, with 3.983 elected counselors. These counselors represented different social segments and groups, among which it would be interesting to highlight those involved with the agricultural/rural industry (such as farmers, agroextractivists, apiculturists, peasants, rural extensionists, agricultural producers, land workers, cattle breeders, fishermen,

small, medium and large farmers and rural trade unionists), and were equally distributed among 12 regions of the State. Based on the fact that a considerable amount of the counselors were linked to the rural world, the aim of this paper is to analyze the rural identity of these members and how the rural-urban dichotomy was expressed in the process of thinking about the State and about regional integration. We will work with the profiles of the counselors; with the demands presented in the Assembleias Públicas Municipais (Municipal Public Meetings - APMs), as recorded in the minutes; as well as with the profile of the demands that were chosen and integrated into the PPA 2008-2011 and with the Annual Budgetary Laws of the years 2007, 2008, 2009 and 2010, as systematized by the PTP team and by the SEPOF. We intend to discuss the public funding destined to the "rural areas of the State of Pará" and the symbolism of what it means to live in the countryside.

Keywords: Participative Territorial Planning. Rural World. Popular Participation.

Artigo recebido em: 27/09/2011

Artigo aprovado para publicação em: 27/07/2012